

DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DO ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DISCENTE COM FOCO NA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Maria da Conceição Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte ceicaomec@hotmail.com

Resumo: Trata-se de um projeto de pesquisa, em andamento, ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Processo Ensino aprendizagem - GEPPE, do Departamento de Educação, do Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia - CAMEAM, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. O mesmo objetiva analisar como se dá o acompanhamento da aprendizagem das crianças da Educação Infantil ao primeiro ano do ensino fundamental em três escolas da rede pública de ensino de três municípios - Pau dos Ferros, Rafael Fernandes e Água Nova, em turmas de Educação Infantil em 2016 e no 1º ano em 2017, com foco nos alunos acompanhados no ano anterior e seus respectivos professores. Para tanto, está sendo feito uso de uma pesquisa de caráter qualitativa que inclui estudos bibliográficos, análise de registros da prática docente, estudos comparativos de crianças em sua aprendizagem no decorrer de um mesmo ano letivo e em níveis diferentes e elaboração de relatórios acerca dos casos analisados. As análises terão como fundamento teórico estudos de pesquisadores que exploram a concepção de escuta do equívoco, numa tríade que reúne educação, linguística e psicanálise. O trabalho culminará com a elaboração de critérios, fichas diagnósticas acerca do processo de aprendizagem das crianças em fase de alfabetização, junto aos profissionais da educação básica - professores, supervisores, coordenadores pedagógicos e gestores na perspectiva de apontamentos que culminem em uma prática coletiva de avaliação tanto na Educação Infantil, quanto nos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Aprendizagem, Dificuldades, Leitura, Escrita.



Esse trabalho foi elaborado a partir de dados resultantes da pesquisa: Da vivência à elaboração: uma proposta de plano de ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de Costa (2015), que ao tratar da análise dos entraves e das possibilidades postas pelas condições reais em que o trabalho escolar se materializa nos anos iniciais, com foco na entrada das crianças na escrita, apontou a necessidade de registros docentes mais completos acerca da aprendizagem discente. Nesse sentido, visamos analisar nesse trabalho investigativo, como se dá o processo de acompanhamento da aprendizagem das crianças da Educação Infantil ao primeiro ano do ensino fundamental, com foco no registro docente e na dobradiça¹ necessária entre níveis de ensino. Diagnosticaremos como o registro da aprendizagem das crianças está se consolidando nas escolas públicas, da Educação Infantil ao 1º ano do ensino fundamental. Para tanto, identificaremos os critérios/instrumentos utilizados no processo de elaboração dos registros da aprendizagem por parte dos professores.

Inicialmente, vislumbramos com este trabalho, sensibilizarmos os profissionais da educação básica para a necessidade de redimensionamentos dos registros docentes já apontado na pesquisa de Costa (2015). Elaboraremos critérios e fichas diagnósticas mais completas no intuito de redimensionamentos na prática de registro acerca da aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, contribuiremos para que a dobradiça entre a Educação Infantil e o primeiro ano do ensino fundamental, de fato, se consolide e não permaneça apenas como parte do discurso pedagógico.

A opção por três escolas da rede municipal de ensino, dar-se por já termos trabalhos desenvolvidos nestas instituições de ensino, bem como, por serem campo de pesquisas de alunos que cursam o Curso de Pedagogia do Departamento de Educação, do CAMEAM/UERN, graduação na qual lecionamos como docentes do ensino superior. A equipe de pesquisadores composta por nove docentes com filiação institucional na referida universidade, seis professores da educação básica e três alunos de graduação, subdivide-se de forma que, em cada município, pesquisam três docentes de ensino superior, dois professores da educação básica e um graduando.

¹ Metáfora explorada por Belintane ao tratar da continuidade existente entre a Educação Infantil e o primeiro ano e entre os anos posteriores de escolaridade da criança no contexto do Ensino Fundamental de nove anos.



Essa pesquisa está assentada em uma abordagem qualitativa, considerando-a como aquela que nos proporciona uma "[...] partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção visível" (CHIZZOTTI, 2011, p. 28).

Faremos uso de um estudo bibliográfico a partir de estudos centrados em autores como De Lemos (2002) que explora a concepção de escuta do equívoco, numa tríade que reúne estudos entre educação, linguística e psicanálise entre outros, como Belintane (2008, 2010, 2011 e 2013), Havelock (1995) que nos ajudam a repensar discussões sobre a história da escrita e da oralidade, Luckesi (2011) Fonseca (2015) e Hoffmann (2013) que subsidiarão estudos sobre práticas avaliativas docentes e Costa (2015) que traz contribuições significativas para a alfabetização em consonância com a necessidade de registros docentes mais minuciosos.

Utilizaremos ainda, estudos da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, contida em Brasil (2013), por esta dispor sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Realizaremos as análises de registros da prática avaliativa docente acrescidos de estudos comparativos de crianças no mesmo ano letivo e em anos letivos diferentes, com foco nos registros de aprendizagem. Elaboração de relatórios acerca dos casos analisados e as análises serão culminadas com base nos autores acima citados.

Todo esse trabalho será realizado em duas etapas que serão melhor detalhadas no tópico a seguir.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Ao pretendermos investigar demandas reais no contexto da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, fazemos alusão às políticas de acesso à educação, no cenário brasileiro, de inserção em políticas já desenvolvidas nos países europeus e na maioria dos países da América Latina e do Caribe, edificadas sob a ótica da inclusão de crianças na escolarização obrigatória. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO, somente em quatro países — El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Brasil —, o início da escolaridade obrigatória dava-se aos sete anos de idade. Essa inserção se caracteriza como um avanço político de acesso à educação por parte

das crianças oriundas das classes menos favorecidas,



através da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que foca a obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos. Tal reorganização no contexto dos anos iniciais, objetiva:

- a) Melhorar as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica;
- b) Estruturar um novo ensino fundamental para que as crianças prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade;
- c) Assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças tenham um tempo mais longo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento (BRASIL, 2013).

Nesse contexto de reformas educacionais, em que a entrada da criança nos anos iniciais se dá um ano mais cedo, na perspectiva de "[...] um tempo mais longo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento" (BRASIL, 2013), alguns pesquisadores discutem a dobradiça necessária entre a Educação Infantil e o primeiro ano do ensino fundamental (BELINTANE 2011 e 2013), considerando a necessidade de vínculos entre esses níveis que consequentemente, implicarão em compreensões mais aprofundadas e práticas avaliativas qualitativas e condizentes com a ideia de continuidade da aprendizagem infantil.

No cotidiano das escolas públicas, muito ainda precisa ser feito para que aconteçam mudanças significativas nas práticas avaliativas docentes, que atendam às exigências da obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos. Essas demandas se desdobram na necessidade tanto de registros acerca da aprendizagem das crianças (FONSECA, 2015; HOFFMANN, 2013), quanto na precisão da emergência de diagnósticos mais aprofundados e detalhados que informem acerca da aprendizagem dos alunos (COSTA, 2015), o que impulsionou a elaboração desta pesquisa, que visa contribuir tanto para a prática pedagógica do professor que lecionará no ano seguinte com o aluno, como no decorrer de um mesmo ano letivo.

Na perspectiva de preenchermos uma lacuna no processo inicial da alfabetização infantil que resulte em processos de aprendizagens melhor compreendidos, bem como, contribuirmos para discussões no campo da formação docente acerca do registro da aprendizagem, elaboramos esse trabalho investigativo. Deste, resultarão produções profícuas

no campo acadêmico tanto por parte dos



pesquisadores/professores do Departamento de Educação do CAMEAM/UERN e alunos participantes do Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGE, do Departamento de Educação, do CAMEAM, da UERN, atendendo às demandas reais ligadas ao ensino na região do alto oeste potiguar, já diagnosticadas, quanto dos profissionais da educação envolvidos que visam redimensionar suas práticas no cotidiano da educação básica.

Analisaremos ainda, impactos do Projeto Desafios² em uma escola pública da rede municipal de ensino do município de Pau dos Ferros/RN, *locus* da pesquisa no período de 2011 a 2014 que tratava da dobradiça entre a Educação Infantil e os anos iniciais, bem como, incorporaremos aos registros já elaborados pelos professores que lecionam nessas etapas de ensino, concepções acerca da oralidade abordada por Belintane como "[...] as narrativas míticas, de encantamento, de aventuras e outras, que instigam o desejo de continuar a saber, aliadas aos gêneros da infância e da tradição oral" (BELINTANE, 2011, p. 158), também apontadas por Havelock (1995) como necessária na iniciação escolar das crianças. Tal incorporação faz-se necessária por já termos identificado através de Costa (2015), que os diagnósticos de oralidade pouco espaço possuem nas práticas avaliativas docentes, a existência destes tem se estendido à compreensão da fala cotidiana como sinônimo dessa oralidade.

A opção por abrangermos escolas da rede municipal de ensino resulta da necessidade de debatermos a oralidade compreendida por Belintane (2011), acima mencionada, além da escola onde o referido pesquisador elegeu como *locus* do Projeto Desafios, em que analisaremos impactos desta compreensão nos registros docentes. Optamos ainda por essa rede, por ser *locus* de atuação profissional e de estágio supervisionado dos alunos do curso de Pedagogia do DE/ CAMEAM/UERN que sinalizam a necessidade da universidade estabelecer parcerias com as redes municipais quanto aos projetos voltados ao ensino nos anos iniciais. Nesse sentido, esperamos contribuir, de forma significativa para o ensino no contexto dos anos iniciais e consequentemente, apontarmos possibilidades de registros docentes mais detalhados que informem sobre fragilidades e êxitos na aprendizagem das crianças.

Esse trabalho está dividido em duas fases: Uma que será desenvolvida no ano de 2011, com foco em turmas de Educação Infantil. A outra, será efetivada no ano de 2017, com foco em turmas do primeiro ano do ensino fundamental das escolas envolvidas na pesquisa.

contato@conedu.com.br

² Projeto financiado pela CAPES, aprovado via Edital n. 038/2010/CAPES/INEP, desenvolvido entre os anos 2011 e 2014 nas Escolas de Aplicação da USP e da UFPA e em uma escola da rede municipal de ensino, na UERN. A partir de então, as referências a esse trabalho investigativo se reportarão a este como Projeto Desafios. A tese já apresentada neste trabalho, de Costa (2015), foi recorte do Projeto Desafios. (83) 3322.3222



Na primeira etapa, em fase de efetivação, elaboramos o projeto e o socializamos no Departamento de Educação/CAMEAM/UERN, onde o mesmo foi originado. Em seguida, encaminhamos o projeto à PROPEG. Realizamos encontro com as Escolas Municipais de Rafael Fernandes, Água Nova e Pau dos Ferros, para adesão da escola e dos colaboradores ao projeto. Realizamos ainda, encontros com os membros da pesquisa para elaboração de calendário semestral e encaminhamento das atividades a serem desenvolvidas com a participação dos professores das turmas envolvidas. Recolhemos os relatórios iniciais dos alunos e registros diários dos professores - uma turma por escola.

Atualmente, estamos na fase de análise dos critérios utilizados pelas escolas e seus respectivos professores para a elaboração dos relatórios dos alunos, de forma concomitante à estudos de discussões teóricas que embasam as análises feitas com foco nos diagnósticos de oralidade, leitura e escrita, com professores da Educação Infantil das turmas. Tais discussões são norteadas pela elaboração de critérios a serem considerados na construção de diagnósticos mais precisos sobre a aprendizagem das crianças que impliquem em dobradiças entre a Educação Infantil e o 1º ano do ensino fundamental. A ideia é contribuirmos para a elaboração de diagnósticos mais completos acerca da aprendizagem das crianças e socialização do trabalho realizado nas escolas tanto com os profissionais nela envolvidos quanto com pesquisadores da área educacional de outras escolas e instituições de ensino superior.

Na segunda fase, durante o ano de 2017, inicialmente, faremos a retomada das discussões realizadas no ano anterior e das fichas diagnósticas elaboradas no mesmo ano para os alunos da Educação Infantil. Posteriormente, analisaremos os critérios elaborados com as turmas de Educação Infantil, bem como, realizaremos estudos acerca dos registros parciais dos alunos.

Essa segunda fase será marcada pelo acompanhamento dos registros docentes durante todo o primeiro semestre. Pretendemos realizar discussões teóricas com os professores da Educação Infantil acompanhadas durante o ano de 2016. Esses professores já serão inseridos em grupos de professores dos anos iniciais, em que pretendemos com esse grupo maior constituído, analisarmos os critérios a serem considerados na construção de diagnósticos mais precisos sobre a aprendizagem das crianças. A culminância desta pesquisa será feita junto aos profissionais das escolas campo de pesquisa, em que se efetivará a socialização dos dados vislumbrados através da realização de um seminário.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES



Esse trabalho investigativo ainda encontra-se em fase inicial. No entanto, em visita às escolas campo de pesquisa e durante conversas com os profissionais que lá atuam, já identificamos, de fato, a necessidade de trabalhos que investiguem e tragam subsídios práticos que auxiliem a prática docente no tocante ao registro de aprendizagem das crianças, seja na Educação Infantil ou no ensino fundamental, conforme já apontado por Costa (2015).

Durante a fase inicial desta pesquisa, ao realizarmos encontros com as escolas campo de pesquisa, as equipes gestoras também dividiam com o grupo de pesquisadores a vontade de participarem de trabalhos investigativos dessa natureza, que explorem os registros docentes e que de fato, ajudem os professores a melhor elaborarem suas sistematizações escritas acerca da aprendizagem das crianças. A própria coordenação pedagógica já relata a necessidade de compreender melhor como esse registro deve acontecer para que posteriormente, os professores sejam melhor orientados em suas práticas cotidianas de registro, que nem sempre se caracterizam como ações coletivas que passam por análises de todo o grupo de professores que leciona nas escolas.

Identificamos que existe, entre as equipes gestoras das escolas, vontade de auxiliarem os docentes na elaboração dos seus registros cotidianos. No entanto, essa vontade esbarra na dificuldade de elaboração de critérios e segundo os referidos profissionais, as discussões teóricas não dão de conta da necessidade emergente, bem como, dividimos com essas equipes a preocupação de estruturas curriculares nas universidades que contemplem disciplinas optativas mais direcionadas ao trabalho com as dificuldades dos docentes ao avaliarem seus alunos e sistematizarem suas análises da aprendizagem discente, quase sempre, orais.

Os registros já recolhidos até então, já traduzem a dificuldade encontrada pelos professores quando precisam fazer uso do registro escrito, conforme apontado por Costa (2015). As mínimas sistematizações, sejam apresentadas em diários de classe ou de campo, não conseguem ser claras e/ou objetivas quanto à necessidade de situarem em que momentos as crianças se encontram em seus diversificados processos de aprendizagem.

Questionamos ainda que, os registros de campo, embora sejam de grande utilidade para os professores se orientarem no cotidiano escolar, não se constituem registros institucionais que podem ficar nas escolas como fontes de pesquisa para os docentes que, em anos letivos posteriores ao que as crianças se encontram, trabalharão com os referidos alunos. A maior parte das análises docentes acerca da aprendizagem dos alunos, parece permanecer nas falas dos professores, sem que passe por um processo de registro escrito, o que poderia

inclusive, ressoar de forma significativa, em avanços



na escrita, por parte do professor. Nos reportamos à avanços na escrita, considerando que Costa (2015) aponta que durante o acompanhamento de práticas de professoras alfabetizadoras em anos letivos diferentes, identificou avanços significativos que implicam em mudanças tanto nos posicionamentos docentes quanto ao registro, quanto à um reposicionamento no sentido de melhor utilizarem a escrita ao falarem dos alunos em fase de alfabetização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Estilos da clínica, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 36-51, 2008.
. Oralidade, alfabetização e leitura: enfrentando diferenças e complexidades na escol pública. Educ. Pesquisa , v. 36, n. 3, p. 685-703, dez. 2010.
. A oralidade faz escrita na(s) infância(s) : pesquisas e reflexões sobre a relação pralidade-escrita nos anos iniciais de escolarização. 2011. Tese (Livre Docência) — Faculdad de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
. Oralidade e alfabetização : uma nova abordagem da alfabetização e do letramento São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em: 16 out. 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2011.

COSTA, Maria da Conceição. Da vivência à elaboração: uma proposta de plano de ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2015. Universidade de São Paulo. (USP) Tese de doutorado.

DE LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e sua investigação. Caderno de estudos linguísticos, Campinas, n. 44, p. 41-69, 2002.

FONSECA, Emylle Barros de Almeida. **O papel da avaliação para o processo de aprendizagem dos alunos em fase de alfabetização**. 2015. 92 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, Pau dos Ferros, 2015.

HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação mito & desafio: Uma perspectiva construtivista. Editora Medição, Porto Alegre, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem componentes do ato pedagógico.

São Paulo: Cortez 2011.

